



Artigos da Deputada Federal
Luizianne Lins (PT/CE)

2015 a 2017



Artigos da Deputada Federal
Luizianne Lins (PT/CE)

2015 a 2017

Brasília - DF
2017

Créditos

Publicação do mandato da
deputada federal Luizianne Lins (PT/CE).

Coordenação técnica/Comunicação: Nágela Raposo
Jornalistas responsáveis: Carolina Dumaresq (JP - 01452/CE)
Lanna Roriz (JP-01290/CE)

Projeto gráfico e edição: Raphael Cosenza

Foto de capa: Paulo Winz

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 713

CEP: 70160-900

Brasília-DF

 Tel: 61 3215-5713

Fax: 61 3215-2713

 dep.luizannelins@camara.leg.br

 /deputadaluizannelins

 @deputadaluizannelins

 /LuizannelinsPT

 luizannelins.wordpress.com

Sumário

Apresentação	7
O golpe, o (des)governo e o fim da proteção social	8
16 Dias de Ativismo e Consciência Negra	10
Trotsky, hoje	13
Da proteção à mercantilização	17
O Amor cura, o preconceito mata!	19
Não Verás País Nenhum!	21
A Cidade desigual	23
Reforma trabalhista: mais um golpe	25
Diretas Já!	27
Um dia de lutas	29
Resistir!	31
Demasiado desumano	33
A Contrarreforma do Ensino Médio	35
Projeto de Lei anticorrupção	37
Democratizar a água	39
Por todas nós, mulheres!	41
Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres	43
A entrega do Pré-Sal	50

Apresentação

A Antirreforma	52
Trump do fim do mundo	54
Pelo direito à cidade	56
Fortaleza Bela: deslocando a política, a cultura e a economia do centro para a periferia	58
Em defesa da EBC e da Comunicação Pública	79
Muito além do golpe	81
A redação do Enem 2015	83
Terra em transe	85
Lei Maria da Penha: avanços e desafios	90
Fortaleza e a destruição das políticas para as mulheres	92
Biografia	94

O exercício parlamentar passa muito fortemente pela comunicação. Seja na própria tribuna defendendo nossas ideias e projetos, ouvindo as pessoas, pesquisando soluções para problemas da população, ou divulgando as ações do mandato.

O eco dos nossos pensamentos pode fortalecer nossa luta. A multiplicação de nossas opiniões nos empodera, nos faz presentes em muitos mais ambientes e valoriza nossas causas.

Para levar nossa voz a mais e mais pessoas, acessamos as tecnologias, as redes sociais e também a parceria com a grande imprensa, junto aos veículos que ainda garantem espaço para pluralidade de opiniões em suas páginas e sites.

Os textos que seguem foram escritos e publicados em jornais e portais durante o mandato. Eles tratam sobre temas de relevância em diferentes áreas estratégicas, especialmente da conjuntura nacional.

Esperamos que sejam úteis às suas reflexões e na luta em busca de igualdade, justiça social e pela garantia de um Brasil democrático.



O golpe, o (des)governo e o fim da proteção social

O (des)governo Temer, diante da grande insatisfação popular revelada nas pesquisas de opinião, ainda insiste em mexer na previdência social. Na realidade, a dita reforma desmonta o maior sistema de proteção social criado nos anos trinta.

A nova versão da reforma em pauta ainda penaliza as mulheres, os idosos, as pessoas com deficiência e principalmente os jovens que serão desestimulados a entrar no sistema, se não podem aposentar, para que contribuir? O aumento de quinze para vinte e cinco anos de contribuição para aposentadoria, retirará na prática, milhões de trabalha-

doras/es brasileiros do sistema.

A alegação de grande parte da mídia e do (des)governo de que penalizar trabalhadores retirando direitos traria equilíbrio ao país e segurança no mercado já foi diversas vezes desmascarada, inclusive por uma CPI do Senado que atesta a impossibilidade de déficit nas contas da segurança social. Para melhorar as contas da previdência, diz o relatório, não precisa cortar direitos e nem obrigar a população trabalhar até morrer.

Somente em 2016, a Desvinculação de Recursos da União (DRU) retirou R\$ 91,8 bilhões da segurança social, isso

representa mais da metade do suposto rombo divulgado pelos técnicos do (des)governo. Além disso, outros R\$ 56 bilhões são atribuídos a fraudes nos benefícios e ainda R\$ 43,4 bilhões são perdidos com renúncias fiscais. Por fim, o (des)governo não tem legitimidade de cobrar das grandes empresas a dívida que as mesmas possuem com a previdência social, estamos falando de mais de R\$ 450 bilhões em dívida ativa.

Sobre os números apresentados aqui não há comentário algum nem do (des)governo e nem da grande mídia, aliada ao golpe e da retirada de direitos. A inevitabilidade da reforma e retirada de direitos como condição “sine qua non” para o desenvolvimento econômico é uma opção de classe que sequer

sugere alternativas como: redefinição do pagamento de juros e amortizações da dívida pública, combate à sonegação, redistribuição de renda e inversão de nosso sistema tributário caracterizado como complexo, injusto e desigual.

Os argumentos do (des)governo são tão ricos que uma formiga poderia atravessar com água na canela e encobrem uma faceta do golpe que privilegia ainda mais o setor financeiro: a entrega da previdência complementar aos banqueiros. Precisamos lutar contra o golpe e o desmonte do Estado, por mais direitos e mais democracia.

Publicado no site do PT na Câmara em 29/11/17:

<https://goo.gl/VJWi2B>

16 Dias de Ativismo e Consciência Negra

Iniciamos hoje um dos períodos mais importantes do nosso calendário anual, OS 16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES! Uma campanha que ocorre em todo o mundo e que deve envolver toda a sociedade para dar um basta ao ódio, às agressões e à cultura machista!

O Brasil tem a quinta maior taxa de feminicídio do mundo! No último ano temos um registro de pelo menos 8 casos de feminicídio. Todos, assassinatos recobertos de extrema crueldade e violência. Somos a maioria da população, quase 52% e, no ano de 2016,

29% das mulheres brasileiras relataram ter sofrido algum tipo de violência. Esses números inclusive são os que temos registrados, mas é possível afirmar que há subnotificação e muitas mulheres são agredidas e morrem todos os dias em razão de seu gênero.

A desigualdade, sobretudo nos espaços de poder, tem colocado nós mulheres em situação de maior vulnerabilidade e risco social. Esses dados se agravam quando consideramos o recorte de classe, raça e etnia. As mulheres negras são triplamente as mais afetadas com o descaso e a tolerância do Estado e de toda a socieda-

de, que discrimina e oprime por sua condição de mulher, negra e, em sua maioria, pobres. Aqui no nosso país iniciamos a campanha pelo fim da violência, hoje, com o Dia da Consciência Negra!

Segundo o IBGE, 54% da população brasileira é de pretos, sendo, a cada dez pessoas, 3 mulheres negras. Somos um país de negros, somos um país racista, machista, homofóbico e excludente. No mercado de trabalho, as mulheres negras recebem um salário 54,6% em relação ao homem branco. São as mais diversas formas de violência que sofremos cotidianamente, nós mulheres, a população negra, e, principalmente, a mulher negra.

As lutas pelos direitos e liberdade começaram há sécu-

los, tivemos muitas conquistas, mas não concluímos, temos um longo caminho pela frente para alcançar a igualdade, o fim da discriminação e da violência. Na Câmara de Deputados, cada semana é um golpe. Essa semana estamos mobilizadas para tentar barrar a PEC 181, que tinha a intenção de ampliar a licença maternidade no caso de bebês prematuros e, ao longo de sua discussão, foi descharacterizada e transformada em um instrumento de criminalização das mulheres que recorrem ao aborto mesmo em caso de estupro ou sob risco de morte. Mais um golpe a dignidade e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

É preciso resistir, a conquista não acontece sem resistência e luta! Portanto, não fugi-

remos dela, estamos preparadas para defender nossos direitos e uma sociedade sem desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Lembrando Mandela: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião (e acrescento gênero). Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

Pelo fim da violência, por mais amor e consciência negra todos os dias!

Salve a negritude! Salve Mandela, Zumbi e toda a nossa ancestralidade!

Publicado no Blog da Lôra, em 20/11/17:
<https://goo.gl/NTXLRp>



Trotsky, hoje

Os estudiosos ainda vão nos explicar o êxito de público que teve o romance “O homem que amava os cachorros” do cubano Leonardo Padura no Brasil e em muitos outros países. Ficção baseada em muita pesquisa histórica e política o livro traz ao presente da revolução cubana o drama da revolução russa: o enfrentamento entre revolução e termidor; entre os dois dirigentes que personificam essas opções, Trotsky e Stalin; entre as trajetórias pessoais de dois comunistas, Trotsky um revolucionário nas mais difíceis condições que a vida e a história poderiam colocar a um militante, e Ramon Mercader

seu algoz, um revolucionário transformado em pistoleiro.

O romance reflete a tragédia que marcou o século XX e nos lembra que houve alternativas. Além de muito bem escrito, talvez tenha tocado fibras da consciência de uma ampla militância de esquerda que continua buscando transformar a vida, que não se contenta com os legados daquelas forças – o imperialismo americano, o estalinismo – que finalmente dominaram o século XX e nos entregaram um mundo com múltiplas crises.

A vida militante e a obra teórica de Trotsky emergem nesse contexto. Mas não é o

único. O marxismo revolucionário com o qual a Democracia Socialista se identifica desde seu início, é o continuo esforço de síntese das contribuições de militantes e processos revolucionários desde que a revolução russa foi bloqueada nos anos 1930. Não se confunde com os “trotskismos” que se transformaram em seitas. Por isso, na trajetória da DS tem sido tão importante a obra de Trotsky, mas também a de Rosa Luxemburgo e do Che Guevara. E entre nossos contemporâneos, as formulações do feminismo anticapitalista, a luta contra o racismo e as elaborações da teologia da libertação, alem de autores marxistas como Ernest Mandel, Lívio Maitan, Daniel Bensaïd e Miguel (“Moro”) Romero. Com essa visão, man-

temos sempre abertos os canais de diálogo e construção conjunta com direções revolucionárias latinoamericanas como as do Partido Comunista Cubano ou do Movimento de Libertação Nacional MLN-Tupamaros de Uruguai.

Mas obviamente entre eles, e ao lado do Lenin, se destaca Trotsky. Aquele que elaborou as melhores análises sobre o desenvolvimento desigual e combinado que o capitalismo propicia em escala planetária, superando dualismos estanques e caracterizações de feudalismo nas formações sociais na periferia.

Quem formulou a estratégia da revolução permanente, que retomando Marx contra o marxismo oficial da Segunda Internacional Socialista e o es-

talinismo, afirmava que uma revolução democrática, se é verdadeira, não se deteria até chegar ao socialismo. Essa permanência da revolução era o antídoto que os revolucionários deviam ter para superar a doutrina estalinista da revolução por etapas nos países periféricos, a primeira das quais seria a luta anti-feudal liderada por partidos da burguesia que devia ser apoiada pelos trabalhadores.

Quem em igual sentido que Marx, Engels, Lenin e Rosa Luxemburgo defendeu uma visão internacionalista da revolução, contra a cretinice teórica do socialismo em um só país, as manipulações em nome do interesse nacional da diplomacia estalinista e as miopias das estratégias puramente nacionais de algumas esquerdas.

Quem propôs, em aliança com o mexicano Diego Rivera e o francês André Breton, um manifesto pela liberdade da criação artística revolucionária contra o sufocamento da cultura e arte pelo realismo socialista estalinista. O Trotsky que na luta contra a burocratização nos anos 1920 recuperou uma visão democrática da construção partidária. Porque depois que em vida de Lenin se supriu temporariamente o direito das frações dentro do PCUS, o estalinismo a transformou em doutrina permanente junto com a fórmula de partido único.

Quem defendeu as conquistas obtidas pela classe trabalhadora com a revolução de outubro sem deixar de questionar a contrarrevolução esta-

linista. Que soube apontar as enormes potencialidades que a socialização dos meios de produção traria para a vida de uma sociedade ao tempo que denunciava como a casta burocrática no poder as desperdiçava.

A obra de Trotsky não resolve todos os problemas teóricos que a ação revolucionária enfrenta hoje. Mas aponta um campo de formulações, um método e uma postura ética militante revolucionária. Com esse legado há muito ainda por desenvolver, hoje. Sobretudo depois da vergonhosa debacle do socialismo realmente existente,

herança do Stalin, o marxismo revolucionário tem a tarefa inconclusa de fazer um balanço definitivo dessa experiência e renovar o projeto socialista.

*Publicado em Democracia Socialista, em 3/11/17:
<https://goo.gl/3Cj8fS>*



Para ler mais

León Trotsky (1923), *Questões do Modo de Vida* (<https://goo.gl/EBL37K>), Lisboa: Edições Antídoto, nº441º. Maio, 1979.

Da proteção à mercantilização

O meio ambiente de Fortaleza assiste a mais um capítulo de agressão e retrocesso, traduzido pela entrega das Dunas do Cocó aos interesses da especulação imobiliária. O desmonte da legislação ambiental revela a farsa do planejamento tecnocrático dirigido para o mercado; maculando mais uma vez nossa ecologia urbana e comprometendo o patrimônio ambiental para as futuras gerações.

Na gestão Fortaleza Bela, a criação do Parque da Sabiaguaba, com 460,7 hectares, passou a proteger áreas de mangue, faixas de praia e tabuleiros costeiros. A Área de

Proteção Ambiental (APA) da Sabiaguaba acrescentou outros 1.009 hectares às áreas de uso sustentável. Essas conquistas representaram uma vitória da consciência ambiental em nossa cidade, materializando a ênfase na ecologia urbana contida no Plano Diretor Participativo (PDP).

As Dunas do Cocó estavam contempladas pelo Art. 14 do PDP, como ação estratégica para o uso, preservação e conservação da biodiversidade; dando suporte à criação da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) das Dunas do Cocó.

A presente agressão não

ataca apenas a biodiversidade e a qualidade ambiental de Fortaleza, mas fere também o direito à cidade. O direito de escolher um destino melhor para o nosso futuro, de escolher uma outra cidade possível.

É preciso dar um basta nesse desmando! Como dizia Walter Benjamin, é preciso frear o trem desgovernado do mercado capitalista, que é anárquico e extravagante. Defender as Dunas do Cocó é defender o nosso ser genérico, é defender as dimensões humanas e ecológicas de nossa existência.

*Publicado no jornal Diário do Nordeste, em 28/09/17:
<http://bit.ly/2fBsn9N>*



Foto: Claudney Neves | Wikimedia

O Amor cura, o preconceito mata!

“Viver é muito perigoso, é preciso uma boa dose de coragem para seguir nessa travessia”.

Vivemos tempos sombrios. A insanidade compromete mentes e corações, a cólera da intolerância passa a ser ordem e a medida desmedida do ódio se naturaliza rumo ao progresso dessa nova pátria que toma o poder, retira direitos, rouba a dignidade do povo e quer controlar a psique, a fé, o desejo e a sexualidade das pessoas.

Assistimos o desrespeito ao ser humano; a intenção é nos destituir a essência que por ação divina nos faz singulares com o que temos e trazemos para essa

vida. E parte da plateia assiste atônita como se, sofrer toda ordem de violência, humilhação e preconceitos, morrer espancada e esquartejada fosse apenas cumprir uma sentença, deixar que a profecia e o destino se cumpram.

Hérica, Dandara, Paola, Pinha, Ketlin foram algumas das travestis assassinadas no Ceará somente este ano. São assustadores os números de assassinatos a pessoas LGBT no Brasil: um homicídio a cada 25 horas. Somente em 2016 foram 343 mortes violentas (Balanço da ONG Grupo Gay -GGB da Bahia).

Nosso país é denunciado

e conhecido internacionalmente como um dos mais perver-sos contra a população LGBT. Quase a metade dos assassina-tos a essa população no mundo ocorrem no Brasil. E os núme-ros tendem a crescer. Sobretudo quando o Estado institucionali-za a violência, como no caso re-cente do juiz federal do DF que autorizou a “cura” gay, per-mitindo que psicólogos apliquem terapias de “reversão sexual”. Isso configura violação de di-reito e fere o entendimento da Organização Mundial de Saúde. A psicologia é uma ferramenta para autoaceitação e para a cura de preconceitos.

A ausência de leis que protejam essa população é um dos fatores de vulnerabilidade, pois cria no imaginário popu-lar uma permissão à violência

e, consequentemente, o risco maior de morte. Por isso, apre-sentamos o PL nº 7292, que homenageia a travesti Dandara dos Santos, assassinada brutal-mente em Fortaleza em feverei-ro deste ano. O PL tem o ob-jetivo de qualificar os crimes cometidos contra as pessoas LGBT. Inspirado na legislação do Feminicídio, a Lei Dandara tipifica o LGBTcídio como cri-me hediondo e é também um instrumento poderoso de de-núncia e coleta de dados, di-muindo a subnotificação. Salve Dandara!

*Publicado no site do PT na Câmara, em 20/09/17:
<http://bit.ly/2yq7mDk>*

Não Verás País Nenhum!

Peço emprestado o títu-lo da obra de Ignácio de Loyola Brandão porque é o sentimento que me ocorre ao ver as últimas medidas do governo golpista.

Por decreto, Temer ex-tinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados, a Renca. Não é uma área pequena nem qualquer. Na Amazônia, fica entre o Amapá e o Pará. É do tamanho de uma Dinamarca. Rica em cobre e ouro.

Desde 1984, a área teve bloquedas as atividades de mi-neração. Lá existem 7 unida-des de conservação e duas in-dígenas. Mas com a decisão de Temer, vão perder não somen-te os índios, a fauna e a flora do

lugar. Mas o planeta como um todo que verá serem favoreci-dos ruralistas, grileiros e mine-radoras nacionais ou estrangei-ras. Uma festa pras motosserras.

Insistindo na destrui-ção e entrega de nossas ri-quezas, o governo anunciou a venda da Eletrobras. Quem comprar, provavelmente chi-neses ou americanos, vai por no bolso a maior empresa de geração de energia elétrica da América Latina: dona da Chesf, de Furnas e de metade do capi-tal de Itaipu. É mais um crime que trará também aumento nas contas de energia.

A existência de empresas públicas se justifica pelo inte-

resse público. O programa “Luz para todos”, que a Eletrobras foi executora, só existiu por esta ser uma empresa pública. Com o programa, mais de 3 milhões de famílias pobres aposentaram suas lamparinas e passaram a usar geladeiras. O acesso à eletricidade significou melhor qualidade de vida e geração de renda. Significou redução das desigualdades.

É por conta do interesse público que o parque hidroelétrico dos EUA é estatal e nunca foi privatizado. Lá, o interesse público diz que esses recursos são estratégicos, de interesse nacional e devem ficar nas mãos do governo. Porque, então, vamos vender pra eles?

Na venda o governo espera arrecadar R\$ 20 bilhões. Pois o IPEA, órgão do gover-

no, estima em mais de R\$ 43 bilhões por ano o que seria arrecadado com uma cobrança de 15% sobre a renda dos lucros e dividendos dos donos e acionistas de empresas. Por essa renda hoje eles não pagam nada, enquanto um trabalhador que ganha R\$ 6 mil/mês paga 27,5% de imposto de renda.

O momento nos cobra uma reação. É o futuro do país que está sendo vendido por um governo absolutamente ilegítimo e que está construindo uma nação de excluídos, sem garantias de direitos sociais mínimos. Uma nação de luz para poucos.

Publicado no Blog do Eliomar, em 5/9/17:

<http://bit.ly/2eKRAub>

A Cidade desigual

O que está acontecendo com Fortaleza do ponto de vista urbano? Ao que parece, estamos numa corrida desenfreada rumo ao aumento da segregação espacial, impulsionada por uma lógica de grandes empreendimentos urbanos que vai na contra-mão do Estatuto da Cidade. Estamos assistindo a uma contrarreforma urbana que faz a Cidade fluir para os donos do poder enquanto esmaga as possibilidades de milhões de cidadãos. A ênfase na redução das desigualdades a partir do espaço urbano está sendo substituída pela lógica voraz da mercantilização da vida.

Em princípio, a Lei de Uso e Ocupação (Luos) enviada recentemente pelo prefeito e aprovada na Câmara Municipal deveria se adequar ao espírito progressista e inovador do Plano Diretor Participativo de 2009 realizado em nossa gestão e referência maior para leis complementares, mas o que se vê é uma inversão de seu sentido. A atual gestão municipal minimiza a função social da propriedade e maximiza os interesses econômicos a partir do ordenamento do solo urbano, conforme a nova Luos. É uma desconstrução intencional realizada sem discussão e participação democrática da sociedade.

Além disso, a operação casada da Luos com a criação abusiva de Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica (Zedus) revela a intenção de reforçar atividades econômicas já consolidadas e não criar janelas de oportunidades em áreas que precisam de estímulo. A Luos reforça a dinâmica que o mercado impôs à Cidade, assim, nessa lógica, o descumprimento e o relaxamento das regras são necessários para caberem todas as exceções.

O fato de “zerar” as irregularidades urbanas por meio da Luos, significa ampliar índices, aumentar as escalas dos empreendimentos, liberar padrões urbanísticos e deixar o desenvolvimento da Cidade ao sabor do mercado. A Luos fa-

vorece os grandes em detrimento dos pequenos e expressa a principal característica da atual administração municipal.

A política urbana e seus impasses requerem ações democráticas para reduzir as desigualdades espaciais e participação como requisito de legitimação social. Infelizmente hoje, em Fortaleza, estamos longe disso.

*Publicado no jornal O Povo, em 21/08/2017:
<https://goo.gl/MJ4wRP>*

Reforma trabalhista: mais um golpe

Em tempos de golpes, a reforma trabalhista é mais um. Mas agora no sentido de artiminha, ardil, truque. “Conversa pra engabelar bestas”, diria alguém.

Os argumentos pra defender as propostas de Temer são falsos e omitem aspectos da realidade do mercado de trabalho no mundo.

A proposta é de redução ampla nos direitos trabalhistas e não de inocente flexibilização. Grávidas poderão trabalhar em ambientes insalubres. Com o País com 14,2 milhões de desempregados, propõe-se que acordos individuais, sem a anuência dos sindicatos, prevaleçam sobre a lei. Mesmo com piora

das condições de trabalho ou redução de salários.

Com o trabalho intermitente, o trabalhador só receberá pelas horas trabalhadas e o direito ao repouso semanal remunerado deixará de existir. Numa semana ele poderá trabalhar dois dias. Na outra, quatro. Na outra, cinco. E, na seguinte, dois dias. A pessoa só receberá pelos dias que trabalhou e não terá mais um salário de 30 dias. Para completar sua renda, ela terá de vender sua força de trabalho a outro empregador, num processo não de geração de empregos, mas, sim, de “bicos”.

Essas propostas são colocadas como pré-condição para

redução do desemprego. O golpe: é omitido que o País reduziu a taxa de emprego nas principais regiões metropolitanas de 12,2%, em 2002, para 4,8%, em 2014, sem essas mudanças.

A verdade é que direitos e flexibilidade do mercado de trabalho de um país influenciam seu padrão de desigualdade. A ONU coloca o Brasil como o décimo país mais desigual do mundo. E os países com menos desigualdade são aqueles com legislação de maior proteção, respeito aos direitos de organização sindical e com menor rotatividade de mão de obra.

Segundo o Dieese, enquanto na Suécia ou mesmo Portugal o tempo médio de permanência no emprego fica acima de 10 anos, no Brasil é de cinco. Aqui, mais de 43% ficam

menos de um ano no emprego. Na Holanda e no Reino Unido, esse número é menor que 10%. Ao mesmo tempo, a mesma pesquisa diz que, por aqui, em 2010, a remuneração média dos demitidos era R\$ 896 e a de seus substitutos, de R\$ 829.

O que os defensores da reforma escondem é que já temos um mercado de trabalho extremamente flexível, em que o direito à demissão imotivada já dá ao empregador uma vantagem enorme em sua relação com o trabalhador. E o mais absurdo é essas mudanças acontecerem sem discussão, a toque de caixa, e promovidas por um governo ilegítimo.

*Publicado no jornal O Povo, em 30/06/2017:
<http://bit.ly/2t5g5a2>*

Diretas Já!

Está escrito no parágrafo único do artigo 1º da Constituição: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Mas nossas elites parecem se lembrar apenas da parte que fala dos “representantes eleitos” e sempre esquecem o “diretamente”. Isso acontece agora diante da possível queda do Temer.

Se “todo poder emana do povo” e diante da encruzilhada que o País vive, cabe somente a ele a decisão sobre seu destino enquanto nação. E aqui não falo só da escolha de quem vai gerenciar o País num necessário

pós-Temer. Falo principalmente da escolha de projetos de sociedade, de nação. É o povo que sofre as consequências do desemprego, com as deficiências da saúde e com a insegurança. Então é ele que deve decidir os rumos de saída para uma crise na qual, de resto, é o único afetado.

Faz parte da discussão de um projeto de nação se no futuro teremos ou não um sistema público de previdência excluente, menos acessível e com aposentadorias menores que as pagas hoje. Se queremos um modelo de pleno emprego com garantia de direitos trabalhis-

tas, como tivemos entre 2006 e 2014, ou se teremos um mercado de trabalho marcado pela rotatividade da mão de obra, pela precarização das condições de trabalho e pela baixa remuneração, como será consequência da reforma trabalhista.

Queremos ter oportunidade de decidir se vamos continuar ou não, pelos próximos 20 anos, com a restrição de gastos com saneamento básico, educação ou moradia e a liberdade infinita para o governo gastar com os juros do mercado financeiro. Queremos discutir se é conveniente para nosso futuro entregar para exploração de empresas estrangeiras nossa principal riqueza mineral, o pré-sal. Se vamos continuar com um sistema tributário em que um assalariado que ganha R\$

5 mil/mês paga 27,5% de imposto na fonte, enquanto quem tem lucros e dividendos de milhões/ano não paga nada.

Os que defendem a eleição indireta, a pretexto de defesa da Constituição, querem na verdade interditar esses debates. Querem que eles continuem sendo feitos apenas nos gabinetes de Brasília, entre técnicos e lobistas, para posterior decisão de um Congresso que hoje tem sua credibilidade ao rés do chão. Ao contrário, queremos um debate público, aberto, democrático, no qual o próprio sistema político seja discutido. E debate com o povo decidindo seu destino só tem um jeito: com Diretas Já!

Publicado dia 23/5/17 no jornal O Povo: <http://migre.me/wF4Ad>

Um dia de lutas

Em 17 de abril fez um ano da votação da abertura do processo de impeachment. Um golpe político-jurídico apoiado pelo mercado financeiro, mídia, entidades patronais da indústria, comércio e agronegócio. O golpe foi vendido à população com a promessa de volta do crescimento e do emprego. De fim da corrupção! Uma ponte para um futuro de redenção para a nação.

Mas, um ano depois, estamos assistindo a maior onda de ataques aos direitos sociais desde o Golpe Militar de 1964.

A Constituição de 1988 foi fruto das lutas populares pela redemocratização do País.

Nela, foram consagrados direitos sociais. Produziu-se ali um projeto de país para reduzir desigualdades. Direitos trabalhistas criados com a CLT foram reafirmados ou ampliados. Agora, tudo pode ruir.

Primeiro, veio o congelamento dos gastos governamentais pelos próximos 20 anos. O único gasto livre é o do pagamento da dívida pública. Para ela, estão previstos de mais de R\$ 775 bilhões em 2017. E, com educação e saúde, pouco mais de R\$ 217 bilhões. O mercado financeiro amou.

Depois, veio a reforma da Previdência. Na prática, os golpistas vão eliminar o direi-

to à aposentadoria, cortar benefícios e condenar milhões a reduzir suas rendas na fase mais delicada de suas vidas, a velhice. Vai se salvar apenas uma minoria que comprará planos de previdência privada.

Soma-se a tudo isso a reforma trabalhista, que tem, entre outras medidas, terceirização total e permissão para que trabalhadores façam acordos individuais, abrindo mão de horas extras ou do pagamento integral de férias e 13º. Isso num quadro de 12,3 milhões de desempregados no País, só em 2016, e de queda na renda dos assalariados.

O plano dos golpistas e das elites é uma ponte para um futuro de exclusão, mais desigualdade e mais concentração de renda. Para recuperar um

projeto de nação igualitária, temos de trabalhar pela conscientização e organização da maioria que está tendo seus direitos retirados. Esta sexta-feira, 28 de abril, é dia de ir às ruas. O Brasil vai parar! É greve geral. Nossa Dia de Lutas!

Publicado no jornal O Povo, em 27/4/17: <http://migre.me/wFidy>

Resistir!

Entramos no século XXI, mas a violência contra a mulher permanece ainda como a mais brutal expressão do machismo e da sociedade patriarcal. De 1980-2013 mais de 106 mil mulheres foram assassinadas no Brasil (Mapa da Violência/2015). Resistir e transformar essa realidade são fundamentais para o empoderamento da mulher.

Após o refluxo das políticas neoliberais dos anos 90, houve avanços na política de enfrentamento à violência contra a mulher. No marco legal, destacamos a Lei Maria da Penha, e a Lei do Feminicídio, sancionadas pelos presidentes

Lula e Dilma.

A prevenção, o enfrentamento à violência, o acesso e garantias de direito e assistência têm sido os principais instrumentos das políticas adotadas, com base em diagnósticos, observatórios, mapa da violência. De 2008 para 2015 o orçamento para estas políticas cresceram quase 4 vezes.

No mês em que se comemora o Dia da Mulher, o governo Temer reduz os recursos para o atendimento à mulher em situação de violência de R\$ 42,9 milhões para R\$ 16,7 milhões. Do mesmo modo, o incentivo a políticas

de autonomia das mulheres também se reduziu em 54%.

O que esperar de um governo feito por homens e que exalta as mulheres por cumprirem tarefas domésticas?

Como relatora da Comissão de Combate à Violência contra a Mulher, acompanho de perto o sofrimento físico e psicológico de brasileiras de todas as regiões, que agora são vítimas também do próprio governo.

Mulheres, os retrocessos estão em marcha, é resistência ou exclusão.

*Publicado no jornal Diário do Nordeste, em 29/3/17:
<http://migre.me/wkMn4>*



Demasiado desumano

A PEC 287, da Reforma da Previdência, representa o desmonte da seguridade e o fim da única experiência de Estado de bem-estar social que o Brasil já teve. O aumento da idade mínima e do tempo de contribuição impõe ao povo brasileiro, especialmente à mulher trabalhadora, uma vida laboral longa, extenuante, e quase ou nenhum tempo de aposentadoria. De acordo com o Ipea, 50% dos trabalhadores de hoje não conseguiram se aposentar por tais regras.

Alguns pontos da proposta parecem inacreditáveis: a redução das pensões por morte pela metade, além da absur-

da obrigação de contribuir por 49 anos para se ter aposentadoria integral. Não verás isso em país algum do planeta. Nossos jovens estarão afastados.

Idosos e pessoas com deficiência estão na mira dessa reforma, que aumenta a idade para 70 anos e desvincula do salário mínimo os benefícios. A redação do governo ilegítimo retrata a face mais cruel que o ser humano possa revelar. Pobres, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, trabalhadores rurais e jovens seriam o alvo da eugenia de classe desse governo?

O discurso falso de déficit da Previdência Social é o argu-

mento para mostrar a identidade moral dos covardes. Por que não são computadas, no suposto déficit, a Cofins e a CSLL? O que faltam, sabemos bem, são coragem e competência para superar a crise econômica e de arrecadação com políticas anti-cíclicas, como o presidente Lula fez em 2009.

Estamos em um tempo em que o desenvolvimento da ciência e novas tecnologias deveria oferecer às pessoas mais tempo livre para a busca da felicidade.

É totalmente inoportuna uma reforma elitizada, masculinizada, excludente e que põe a condição humana submetida exclusivamente ao labor, renunciando à vida como bem supremo. Somos contra essa PEC e conclamamos: “trabalhadores,

uni-vos!”. Vamos combater no parlamento e nas ruas a retirada de direitos. Lutemos com coragem, sem Temer.

*Publicado no jornal O Povo, em 18/02/2017:
<http://migre.me/w5dtG>*

A Contrarreforma do Ensino Médio

O Plenário da Câmara dos Deputados concluiu na noite dessa terça-feira (13/12) a votação da reforma do ensino médio (MP 746). Desde que o governo golpista publicou essa medida, nós trabalhamos para a reversão de vários pontos que apontam não para um futuro melhor da educação dos nossos jovens, mas para o atraso, para o retrocesso, para a perda da já baixa qualidade do ensino público.

Nesta luta, obtivemos algumas vitórias. Algumas não na medida do nosso desejo, mas na medida da necessidade de evitar danos maiores à educação brasileira. No conjunto, não con-

seguimos mudar o seu caráter geral e autoritário na forma de “propor” e privatista no conteúdo das propostas.

Por meio de uma emenda nossa apresentada à comissão que analisou a matéria, conseguimos a volta da obrigatoriedade do ensino de artes e educação física e impedimos o absurdo da adoção de um sistema de créditos disciplinares durante o ensino médio. Aprovamos ainda a referência da garantia de oferta de ensino noturno, que era totalmente ausente na proposta original – tal era o desprezo pelos jovens das camadas mais pobres da população.

Em relação ao ensino de Sociologia e Filosofia, não conseguimos garantir a sua obrigatoriedade no ensino médio. Mas conseguimos assegurar que elas fizessem parte da Base Nacional Curricular Comum – e, à critério dos estados, elas possam ser ofertadas.

O texto aprovado incluiu pessoas “com notório saber” como profissionais da educação, abrindo espaço para a precarização sem limites destes profissionais, além da sua substituição por profissionais sem formação adequada e ao sabor de conveniências políticas.

E, mais grave ainda, já que vivemos a partir de hoje no contexto de um orçamento congelado por 20 anos, a MP passou sem garantir mais recursos para as escolas – inclusi-

ve para implementar o que essa MP diz querer implementar: ensino integral!

Estamos voltando ao tempo do desprezo pela educação ampla, humanística e universalizante. Os mais prejudicados serão os filhos da classe trabalhadora, que deixarão de ter acesso a conhecimento crítico e compreensão dos processos sociais. O modelo proposto é uma fábrica de mão-de-obra barata.

*Publicado no Blog do Eliomar, em 14/12/16:
<http://migre.me/vIYwP>*

Projeto de Lei anticorrupção

O projeto de Lei anticorrupção (PL 4850), votado em decisão soberana na Câmara dos Deputados, merece alguns comentários, especialmente após as matérias veiculadas pela imprensa alegando que o projeto amordaçou o Ministério Público (MP) e o Judiciário e que houve desfiguração do pacote anticorrupção. Isso não é verdade e confunde a população. Nesse sentido esclarecerei meu posicionamento e meu voto em relação a questão.

Medidas de anticorrupção já tinham sido enviadas ao Congresso Nacional pela presidente Dilma que inclusive criminalizava o caixa dois, atitude

bem distante da anistia que queriam promover até recentemente. O fortalecimento e autonomia do MP, Polícia Federal e Judiciário é um legado de Lula e Dilma. Não é a toa que a Lei de combate as organizações criminosas e de combate a lavagem de dinheiro foram sancionadas por governos do PT. Um princípio devemos preservar, dentro do Estado democrático de direito, todos, todos sem exceção, são iguais perante a lei.

A mordaça que a imprensa se refere é a inclusão de uma emenda que pune servidores públicos, autoridades, por abuso de poder incluindo juízes e procuradores. Alguns alegam

que irão abandonar operações existentes se a lei for sancionada. Como podem ser vítimas de uma lei que protege o cidadão?

Assim, por exemplo, seletividade, vazamentos direcionados, grampos ilegais e divulgação dos mesmos estariam sujeitos a uma investigação para apurar se houve abuso de autoridade ou tentativa de promoção pessoal. Afinal, o guardião dos guardiões da Constituição é o povo brasileiro e em nome dele o poder será exercido, assim votamos a favor dos direitos e das garantias individuais, tornando todos os cidadãos iguais, ninguém está acima da lei.

A corrupção deve ser combatida em todas as instâncias do Estado Brasileiro, sem exceções, sem blindagem

de iluminados, que muitas vezes ganham como punição a aposentadoria, com democracia, participação e construção de uma sociedade e um mundo melhor para o Brasil e sua gente.

Reitero que não são apenas leis e severidade de punições que resolverão os problemas de corrupção em nosso país. Acreditamos que a principal medida para proteger os recursos públicos deve ser a ampliação da participação popular como, por exemplo, o orçamento participativo: que é uma das expressões mais democráticas e que tiveram origem nas gestões petistas.

*Publicado no Blog da Lóra, em
1/12/16:
<http://migre.me/vOXF7>*

Democratizar a água

A característica do território cearense é de clima árido, deficiência hídrica, pobre em matéria orgânica e desertificação. De acordo com a Funceme, 10,2% do solo se encontram em avançado estádio de degradação, compreendendo as regiões de Irauçuba, Inhamuns, Sertão de Crateús e Médio Jaguaribe. A média de precipitações em nosso Estado nos últimos 22 anos foi de 805 milímetros, sendo que desde 2012 as chuvas ficaram aquém dessa média, indicando estiagem e seca por cinco anos seguidos, prejudicando a agricultura e requerendo um maior esforço público para minorar

os efeitos da falta d'água junto aos agricultores de subsistência e familiares.

Por que a fruticultura para exportação sofre menos com as secas? Por que os perímetros irrigados não são expandidos? O volume atual de nossas 12 bacias hidrográficas chegou a 7,7% de armazenamento de água.

Historicamente, o índice mais baixo; aumentando a população em estado de calamidade e engrossando as fileiras dos municípios que necessitam de obras e serviços emergenciais e estratégicos. Por que não abandonamos as arcaicas termoelétricas que con-

somem 760 litros de água por segundo?

A transposição das águas do São Francisco se tornou realidade no governo do Presidente Lula, que reduziu a miséria, acabou com a fome e redistribuiu renda. Esperada há meio século, é a maior obra de transferência hídrica do País. É a democratização da água, e não há motivo para a paralisação da obra por parte do governo atual, sobretudo quando mais de 87% da obra foi concluída por Lula e Dilma e vai beneficiar 390 municípios do CE, RN, PB e PE.

Conscientização, ações cotidianas de convivência com as secas e um aproveitamento da transposição, abastecendo reservatórios existentes, melhorará a dura vida de nossa

gente, reduzirá as migrações, evitará o racionamento e o colapso do abastecimento.

*Publicado no jornal Diário do Nordeste, em 30/11/16:
<http://migre.me/vCD7R>*

Por todas nós, mulheres!

Se a violência contra as mulheres é a pior expressão do machismo, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária perpassa por combatê-la. Assim, o 25 de novembro – Dia Internacional de Luta Contra a Violência sobre a Mulher – tem muita relevância. A violência sexista vem, em sua maioria, de pessoas muito próximas e ocorre em todo lugar, o que a torna ainda mais difícil de combater.

Quando governamos Fortaleza, criamos a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, o Centro de Referência Francisca Clotilde e a Casa Abrigo, além de instituir atendimento especializado no

SUS e no Hospital da Mulher, conforme consta na Lei Maria da Penha. Criada há 10 anos pelo presidente Lula, é a primeira lei que caracteriza a violência doméstica e familiar, prevê punições e impõe medidas protetivas.

Mas o crime também avança. Temos assistido a uma série de denúncias da chamada “Cultura do Estupro”. E, embora as redes sociais tenham eclodido como espaço de denúncia da violência sexista, a internet também deu abertura a violências de difícil denúncia, como a pornografia da vingança.

Há ainda o feminicí-

dio: assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher! Em 2015, a presidente Dilma sancionou a Lei 13.104/2014, considerando-o crime hediondo. De acordo com o Mapa da Violência 2015, a cada duas horas uma mulher é morta no Brasil. Segundo estimativa da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), no Ceará, 6 a cada 10 mulheres mortas são vítimas de feminicídio. Até a última quinta-feira, a Polícia já havia registrado 184 assassinatos de mulheres no Ceará neste ano.

Neste mês, o Projeto de Lei 4614/2016, que inclui a Polícia Federal na investigação de crimes que difundem misoginia na internet, de nossa autoria, foi aprovado por consenso na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara.

E assim temos trabalhado no nosso mandato, sempre atuando em defesa do direito das mulheres. Com o avanço do conservadorismo no Brasil e no mundo, lutar para o cumprimento da Lei do Feminicídio e contra toda e qualquer forma de violência contra as mulheres é garantir uma vida digna para todas. Essa luta é nossa.

*Publicado no jornal O Povo, em
25/11/16:
<http://migre.me/vA2W5>*

Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres

O 25 de novembro é uma data importante para nós mulheres, militantes e feministas – momento de dar maior destaque ao combate à violência, onde iniciamos internacionalmente a Campanha dos 16 Dias de Ativismo pela NÃO VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Concentramos esforços e colocamos na pauta do dia, envolvemos homens e mulheres na luta que fazemos todos os dias. No Brasil a violência contra a mulher não se restringe a um caso ou tipologia, é de uma diversidade incrível, e mesmo com todo o avanço legislativo, a Lei Maria da

Penha, a Lei do Feminicídio, o empoderamento das mulheres, o rompimento com o silêncio e a realização da primeira denúncia, a violência avança e está relacionada com as relações desiguais de poder entre homens e mulheres. As mulheres, diariamente, têm seus direitos mais elementares violados, sua vida, liberdade e seu corpo.

Aqui no Brasil iniciamos a Campanha um pouco antes do calendário internacional, no dia da Consciência Negra (20/11), data fundamental para iniciarmos a luta, a reflexão e discussão sobre o respeito às mulheres. A questão étnico-racial só

agrava a misoginia que agride e mata mulheres todos os dias.

A violência doméstica contra mulheres negras aumentou em 54% na última década (2003 – 2013) enquanto que em relação às mulheres brancas diminuiu 9,8%.

Mulheres negras	Mulheres brancas
2003 1.864 casos	1.747 casos
2013 2.875 casos	1.576 casos
Aumentou 54%	Diminuiu 9,8%

Realizamos como atividade da campanha (16 dias), uma audiência pública para discutir o caso contra uma mulher negra, quilombola, conhecido como CASO GRACINHA. Não quero tratar de cada caso específico, mas não há como conter a indignação e tristeza que salta em nós e nos toma

com cada caso que assistimos. E como falei, vai agregando requintes de crueldade à condição de mulher. Gracinha teve suas filhas arrancadas de seu convívio de forma brutal e arbitrária pela justiça sob as justificativas mais injustificáveis. Fruto

do preconceito, desinformação e não reconhecimento da nossa origem e cultura. Dizer que uma mãe não tem condições de criar suas filhas sob uma das alegativas: “é descendente de escravos, sua cultura não primava pela qualidade de vida, era inerte em relação aos cuidados básicos de saúde, higiene e alimentação” – é algo que não podemos admitir!

Além de tudo isso, após a realização de uma audiência para denunciar a violência ins-

titucional do Caso Gracinha, ao finalizar as nossas convidadas foram barradas em todas as recepções e portarias da Casa do Povo, mesmo, portanto os “vauches” da Câmara. Qual a razão? Será porventura pela cor da sua pele?

Às tantas Gracinhas, eu gostaria de nesse momento de indignação, falar de que sei como você se sente, que me solidarizo a sua dor, mas não posso! Não posso porque sou branca, venho de uma família branca, de uma mãe professora e um pai servidor público que tiveram condições de me proporcionar uma vida diferente da sua. Não posso, porque tenho um filho que foi criado por mim, ninguém arrancou ele de mim por motivo algum, sob alegativa ou questionamen-

to da minha escolaridade ou cultura, dos cuidados dispensados com saúde, alimentação e higiene que proporcionei a ele. Eu jamais saberei a dor que você e suas meninas sofreram e sofrem.

Dessa forma, enquanto mulher e membro dessa Casa, exigimos que se retratem com Gracinha e suas filhas, permitindo que a mãe recupere a guarda de suas filhas, o direito de cuidar, amar e acompanhar cada fase de suas vidas, cada descoberta, aprendizado e crescimento. E a essas meninas, cessar imediatamente com os seguidos atos de violência cometidos. Vocês tem ideia do que é isso? Ser retirada da sua mãe, da sua rotina, da sua escola, do seu lar, convívio familiar, principalmente sob as justifica-

tivas não justificáveis, de forma arbitrária. Pensem como fica a cabeça, o emocional e psicológico dessas crianças, as referências construídas – é preciso que voltem ao convívio familiar e que seja garantido atendimento e acompanhamento psicosocial de ambas.

Como escreveu Simas: “*Nós, os brancos, precisamos urgentemente nos livrar da nossa doença profunda e corrosiva, que é alimentada desde o berço e reforçada cotidianamente, na escola, nas ruas e no mercado de trabalho: o complexo de superioridade*”.

Fanon já dizia que “*o racismo e o colonialismo devem ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele, ressaltando que a colonização gerou sociedades psicologicamente doentes*”.

Na CMVCM, onde ocu-

po a relatoria, recebemos demandas de violações dos mais diversos segmentos e condições que as mulheres estão inseridas. Realizamos esse ano uma audiência pública para discutir a violência no campo, que se agrava devido a várias especificidades, onde as faces da violência perpassam também o cotidiano das trabalhadoras, do problema agrário, de acesso, direito e cultivo à terra e preservação das florestas.

Essas mulheres têm suas vidas fortemente marcadas pelas características dos lugares em que vivem. E quanto mais distante dos centros urbanos, dos serviços públicos de atendimento e do acesso à informação, mais limites são impostos, maiores são as influências e condições da reprodução do

machismo, da impunidade dos agressores e da invisibilidade dos casos. As situações de violência não ocorrem apenas quando se tornam visíveis e são divulgadas na mídia.

A violência doméstica (meus companheiros e companheiras), saiu da esfera privada, não se trata apenas de uma briga de marido e mulher, é um problema social e político. É um problema nosso! Nenhum direito a menos!

Então companheiras, a luta é grande! Ela vem desde a superação de vivermos apenas a condição de dona de casa, tendo muito a superar! A divisão sexual do trabalho nos coloca no lugar do doméstico, por isso muitas de nós vivemos a sobrecarga, o acúmulo de papéis sociais; somos mães, filhas, edu-

cadoras, cuidadoras da família, companheiras, donas de casa, cuidamos da roça, das criações, somos trabalhadoras, políticas; enfim temos duplas e triplas jornadas de trabalho, remunerado e não remunerado.

Não há como negar as conquistas feministas, elas trazem autonomia pessoal para todas as mulheres, mas dependendo do lugar que ocupamos na sociedade, nas relações sociais e econômicas, temos maior ou menor potencial de opressão e violência. É preciso conquistar a autonomia, lutar contra as opressões e desigualdades históricas, de caráter econômico, político, cultural, de gênero, orientação sexual, geração, definição, raça e etnia.

Durante a campanha teremos ainda a audiência a ser

realizada, com outro segmento fortemente excluído, as mulheres trans. Acontecerá dia 30 e convidamos a todas e todos para deixarem suas máscaras e preconceitos em casa e virem conversar com a gente, conhecer a realidade em que vivem essas mulheres.

Mulheres são mulheres em qualquer circunstância e mesmo não estando diariamente na mídia, a violência está fortemente presente no nosso cotidiano e se agrava em virtude das dificuldades do alcance das políticas públicas, do reconhecimento da violência e da forte discriminação de gênero que o silêncio esconde.

A violência e suas múltiplas expressões são responsáveis pelo silêncio que esconde as barbaridades sofridas por

mulheres e meninas. É preciso romper com o silêncio e dar um basta à cultura machista, racista, lesbofóbica e assim acabar com a violência.

Do ponto de vista político e também institucional, os desafios são muitos e grandiosos, assim persiste a necessidade de organização e fortalecimento dos movimentos de mulheres e feministas, a radicalização da democracia e defesa irrestrita dos direitos humanos.

Felizmente, a organização das mulheres vem contribuindo para as mudanças de comportamento da sociedade.

E indiscutivelmente nos anos do governo Lula e Dilma houve uma estruturação de políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher, além da abertura de diálogos

com movimentos feministas e de mulheres que influenciaram muito do que temos em termos de sistematização para as diretrizes de enfrentamento a essa questão tão presente em nossa história.

Ainda é pouco e todos os avanços estão hoje sob ameaça de um governo conservador e que tem trabalhado para desconstituir os direitos e conquistas das mulheres.

É a resistência, é a luta, é o conhecimento de seus direitos e das leis, que fazem a mulher superar as situações adversas, a violência física, psicológica e encorajar para tomar decisões em favor da sua vida e de seus descendentes.

Não a qualquer forma de violência contra a mulher! Sim aos direitos humanos das mu-

lheres. Sim à justiça de gênero. Sim à igualdade de direitos. Sim à participação social e política das mulheres em todos os níveis.

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

*Publicado no Bog da Lôra, em 25/11/16:
<http://migre.me/vOXGA>*

A entrega do Pré-Sal

O Pré-Sal, anunciado em 2007, fica entre o norte de Santa Catarina e sul do Espírito Santo. Pesquisas indicam a descoberta de 15 bilhões de barris na camada de pré-sal, mas que podem chegar a 50-100 bilhões de barris de petróleo no futuro. Hoje o Brasil extrai 864 milhões de barris/ano.

O Projeto de Lei do Senador José Serra, já aprovado na Câmara, revoga a participação obrigatória da Petrobrás na exploração do pré-sal, tirando da estatal a obrigatoriedade de explorar no mínimo 30% dos campos licitados. É a abertura para exploração das sete multinacionais que comandam o Petróleo

no mundo (Shell, Mobil, Esso, Texaco, British Petroleum, Chevron e Gulf Oil).

Além de atender aos interesses internacionais que hoje só podem entrar no pré-sal com a Petrobrás sendo a operadora, significa o desfalecimento da indústria nacional que fornece equipamentos de exploração, como plataformas e sondas, consequentemente, redução de emprego e renda, forçando o país a importar, cada vez mais, tais equipamentos.

Hoje, não há necessidade de acelerar os leilões de exploração, temos mais de 14 anos de reservas garantidas com o Petróleo já descoberto no passa-

do e os Estados de SP, RJ, ES e SC não teriam Royalties imediatos. Ilusão.

A desmoralização da Petrobrás (uma das 10 maiores do mundo no setor e que obteve lucros de mais de R\$ 260 bilhões entre 2004-2013) faz parte de uma engenhosa estratégia que nos fará perder autonomia diante da maior descoberta de jazidas de petróleo do século 21. A história cobrará e os traidores da Constituição serão julgados como aqueles que entregaram as riquezas do País às elites internacionais e perderam a oportunidade de melhorar a saúde e a educação de nosso povo.

*Publicado no jornal O Estado, em 15/11/16:
<http://migre.me/vvhbUD>*



Foto: Divulgação | Governo do Brasil

A Antirreforma

Há três anos tramita no Congresso uma proposta de Reforma do Ensino Médio (EM). Tramitou nas comissões, não representou consenso, mas estava pronta para ser votada e alterada. Porém, ela foi ignorada pelo atual governo, que publicou uma Medida Provisória (MP 746) com outro texto. Não houve debate em nenhuma instância e as medidas de caráter antidemocrático foram alvos de dois mandatos de segurança junto ao STF.

Pela MP, a carga horária mínima passa a ser de 1.400 horas em quatro anos, ao invés de 800 horas. O tempo integral não está universalizado nem na

educação infantil e nem na fundamental. Como os governos estaduais vão implementar isso em tão pouco tempo? Outra infeliz novidade é a exclusão da obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia, Filosofia, Artes, Educação Física e Língua Espanhola.

A MP traz ainda a possibilidade de o jovem fazer parte do ensino técnico profissionalizante na grade do EM, abrindo espaço para parcerias. Seria o Fies do EM? Onde a flexibilização levaria estudantes de baixa renda a seguirem para o mercado de trabalho e a classe média e alta para o Enem?

Propus 25 emendas ao

texto, sobre: retorno das disciplinas retiradas; tempo e progressividade da implementação das mudanças; conceituação do notório saber e forma de contratação não precarizada; transferência de recursos, fomento e valor por aluno; carga horária mínima, compatibilidade com o Plano Nacional de Educação, dentre outras.

Protestos das juventudes se espalham pelo País. Um coro contra a MP 746 e a Pec 55. Nos somamos a esses descontentes. Contra a elitização do ensino médio. Pelo ensino de qualidade. Por um Brasil para todas e todos.

*Publicado no jornal Diário do Nordeste, em 10/11/16:
<http://migre.me/vsOQv>*



Foto: Rovena Rosa | Agência Brasil

Trump do fim do mundo

A maioria silenciosa americana elegeu Donald Trump o 45º Presidente Americano. Dono de uma fortuna herdada, o bilionário se destaca no ramo de hotéis e resorts. Pretenciosamente, ensina o americano comum a arte de fazer dinheiro em seus livros... “A arte da negociação” e “Como ficar rico”, esquecendo obviamente que o pré-requisito fundamental para ser rico é reproduzir de forma ampliada o capital, opção inacessível ao trabalhador. O que esperar de uma gestão empresarial na Casa Branca? Os EUA estão prontos para se transformar numa imobiliária?

Suas declarações desastrosas não se restringem a recente campanha. Em 2013 questionou a cidadania de Obama, na campanha insinuou que Hilary participou de um debate sob efeitos de drogas. Demonstra ignorância científica por não reconhecer o aquecimento global e quer construir um muro na fronteira com México, desconhecendo, com discurso anti-imigração, que os americanos são considerados os melhores anfitriões mundiais. O desrespeito ao povo mexicano..., “que só envia droga e estupradores pros EUA”..., beira a irracionalidade visto que a mão-de-obra do NATFA explorada

por EUA e Canadá, é mexicana. Os americanos estão prontos para serem explorados no subemprego?

Há quem diga que a vitória de Trump é o ápice da mediocridade e que o nacionalismo exacerbado com traços de racismo, misogia, lgbtfobia, bélico e xenófobo é mais que um triunfo da direita conservadora. O que aconteceu na Europa e na América Latina agora chega ao centro do poder, aliás a história se repete enquanto tragédia, esse filme é reprise, quem não lembra de outro ator presidente, Ronald Reagen. Reagen, ansioso em impulsionar a indústria de armamentos, sugeriu que a ficção de guerra nas estrelas pudesse ser real.

A linha sucessória de Obama pode estar pagando

caro pela crise mundial que retirou 9 milhões de empregos dos americanos, o eleitor de Trump se deixou levar por soluções simplistas de políticas baseadas em preconceitos e diagnósticos equivocados. Um conjunto de posições superficiais que quer resolver os problemas banindo os mulçumanos e taxando os produtos chineses em 40%. O trocadilho apregoado de que 9/11 nos EUA e assemelha ao 11/09 não deveria ser levado na brincadeira, o amanhã não será o mesmo.

*Publicado no Blog da Lôra, em 09/11/16:
<http://migre.me/vOAcu>*

Pelo direito à cidade

A agressão contra moradores da Vila Vicentina é mais um capítulo do terror econômico dirigido contra as populações mais carentes em Fortaleza. Construída na década de 30, para abrigar pessoas necessitadas, a área se tornou uma das mais valorizadas da cidade e virou alvo da cobiça do mercado imobiliário. Quantos patrimônios teremos ainda que perder para abrigar espiões?

Em nosso governo, o Plano Diretor Participativo de 2009 estabeleceu a área da Vila Vicentina como uma Zona Especial de Interesse Social (Zeis), tipo 1 – território destinado prioritariamente à regu-

larização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda.

A demarcação das Zeis representa uma conquista social de amplo alcance e um amparo legal contra a especulação imobiliária, entretanto, aplicar a lei que preconize justiça social e direito à cidade, num contexto excludente e de especulação, exige compromisso e democracia. É dever de todas e todos exigir respeito às conquistas sociais e cumprimento da legislação pelos poderes constituídos. O que está acontecendo na Vila Vicentina é a expressão atual da luta de classe urbana.

Realizamos um Plano

Diretor com participação da sociedade visando à construção de uma cidade mais justa, includente e sem violência. Sob o manto do Estatuto da Cidade e com horizonte no fim do déficit habitacional, a reforma urbana poderá tornar nossa cidade um lugar melhor para se viver.

*Publicado no jornal O Povo, em 05/11/2016:
<http://migre.me/vr368>*



Foto: Phael Nogueira

Fortaleza Bela: deslocando a política, a cultura e a economia do centro para a periferia

As boas práticas e as experiências de sucesso em termos de políticas públicas na gestão Fortaleza Bela, município de Fortaleza (2005-2012), serão apresentadas a partir de quatro áreas: mulheres, juventude, cultura e reordenamento urbano, com ênfase na requalificação da orla marítima.

Elencamos essas áreas por entender que as mesmas transformaram corações e mentes de jovens, mulheres, idosos, população LGBT, pessoa com deficiência, crianças e adolescentes. Nossa grande trunfo foi cuidar das pessoas, cuidar como o presidente Lula nos ensinou.

Assim, destaca-se, na política para mulheres, a criação da Coordenadoria de Mulheres, com status de secretaria, e a construção do Hospital da Mulher, referência em método e atendimento no estado e no Nordeste. Na política para a juventude, ressalta-se a criação de uma coordenadoria temática, com status de secretaria, e a experiência inovadora dos Centros Urbanos de Cultura, Arte e Esportes (Cuca's), espaços pensados e criados, sem formalidades, para que os jovens possam desenvolver suas habilidades artísticas, técnicas e esportivas.

Na política cultural, coloca-se em evidência o calendário cultural e turístico com resgate da cultura popular da cidade. A identidade cultural como lema nos rendeu integração das programações, maior participação popular e um caráter mais democrático no trato com os recursos públicos, culminando com a segunda maior festa popular de fim de ano no Brasil: o Réveillon da Paz.

Em relação às políticas de requalificação e reordenamento urbano, centra-se a descrição na integração da orla marítima de Fortaleza, com destaque para o Projeto Vila do Mar, semelhante ao que foi realizado em Brasília Teimosa, em Recife. Com esse projeto, permitiu-se que as pessoas que já ocupavam espaços da orla pudessem ter

sua área revitalizada, valorizada e com opções de lazer, sem deixar que a ameaça da especulação imobiliária desestruturasse essas conquistas.

Políticas de afirmação, identidade, conscientização, participação e empoderamento da população permitiram, no caso dessas quatro áreas, que as conquistas pudessem permanecer por gestões futuras.

Mulheres: equidade de gênero e saúde preventiva

A luta pela equidade de gênero desempenha papel fundamental no surgimento de formas avançadas de vida social, rompendo com modelos de dominação e abrindo possibilidades ao pleno desenvolvimento dos seres humanos.

Como outras cidades do Brasil, Fortaleza tem a violência contra as mulheres como um dos seus maiores agravos sociais, exigindo a intervenção governamental direta sobre um fenômeno que acomete milhares de mulheres nas suas mais diversas expressões.

A partir de 2005, iniciou-se, no âmbito de ação pública direta, um processo de construção de estratégias na perspectiva de garantir à mulher o reconhecimento de seus direitos e das leis que lhes asseguram a integridade física, moral e psíquica, bem como de medidas de atendimento que incidissem diretamente sobre essa temática, de forma a torná-la cada vez mais pública. Neste sentido, a política para mulheres em Fortaleza iniciou um

novo ciclo com a criação, naquele ano, da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres. Outro avanço, a criação do Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual, assegurou o apoio às mulheres vitimadas pela violência, contabilizando mais de nove mil atendimentos e acolhendo de forma integral e humanizada vítimas dos mais variados tipos de agressão: física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral. Em abril de 2007, a criação da Casa Abrigo garantiu o acolhimento e a proteção de mulheres em situação de violência doméstica e sexual. Além disso, Fortaleza passou a integrar o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Pacto Nacional

de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Apesar de todos esses avanços, percebeu-se que ainda havia muito o que fazer. O Observatório da Violência contra a Mulher, vinculado à Coordenadoria de Mulheres da Prefeitura de Fortaleza, contabilizou mais de 10 mil atendimentos até 2012. Os números mostravam que a magnitude dessa problemática requeria maior capilaridade ao serviço de atendimento às mulheres, pois talvez não representassem a realidade das mulheres que vivem em situação de violência cotidianamente. Nesse sentido, a criação dos Núcleos Regionais de Prevenção e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, outra iniciativa da gestão Fortaleza Bela, propu-

nha esse enraizamento, contribuindo para a ampliação da identificação dos casos de violência.

Outro grande desafio enfrentado em nosso governo diz respeito à promoção da autonomia econômica das mulheres, fundamental para a construção da independência em outros campos da vida, como o pessoal e o político. Também foi um importante elemento para ruptura do ciclo da violência vivida por muitas mulheres, visto que as condições financeiras contribuem para que elas permaneçam submetidas a esse quadro de agressões. O reconhecimento do trabalho das mulheres e da sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade ainda é um desafio. A divisão sexual do trabalho, base

material da desigualdade de gênero, segue como uma marca na nossa sociedade, gerando a desvalorização do trabalho das mulheres, seja na esfera pública ou na esfera privada.

As políticas públicas no campo do desenvolvimento econômico precisam dialogar com essa realidade e construir ações que rompam com essa divisão sexual, colocando as mulheres como protagonistas e retirando-as do lugar comum e tradicional. As mulheres têm protagonizado importantes iniciativas e movimentos que procuram criar alternativas, em especial no campo da economia solidária, marcadas pela organização em grupos e pela atuação em redes. No entanto, ainda enfrentam dificuldades no que se refere à melhor qualificação do

gerenciamento e da produção, à comercialização e principalmente ao acesso a crédito e aos meios de produção. Foi a partir dessa compreensão que a gestão Fortaleza Bela desenvolveu uma gama de ações que pudessem estimular a autonomia e gestão financeira de mulheres.

Possibilitamos às mulheres, em especial, as mais empobrecidas, as condições para a ampliação de renda e autonomia econômica. A política de promoção das mulheres na esfera econômica está profundamente relacionada com o combate a outras formas de dominação. Muitas das famílias na condição de extrema pobreza são chefiadas por mulheres. Deste modo, o combate à pobreza extrema e a promoção da autonomia econômica das mu-

lheres são políticas convergentes e prioritárias.

Nessa esteira, o município de Fortaleza foi palco de diversos programas e ações integradas que visavam à inclusão produtiva local com foco nas mulheres. Além de crédito e subsídios para fomentar empreendimentos geridos por mulheres, o Poder Público local passou a ofertar cursos profissionalizantes, capacitação, palestras sobre autonomia financeira, orientação e promoção da comercialização.

Foram criados programas de concessão de subsídio e capacitação para produção e comercialização de refeições caseiras; empréstimo para investimento em equipamentos e/ou reforma de empreendimentos; cursos profissionali-

zantes para mulheres pedreiras e outras categorias – com posterior alocação no mercado de trabalho –; incentivo ao associativismo e cooperativismo para fortalecimento da economia local; construção de espaços para escoamento de mercadorias; criação de uma rede de feiras artesanais, dentre outras iniciativas.

Outra grande ação voltada para as mulheres nessa gestão foi a construção e inauguração do Hospital da Mulher, equipamento público de qualidade e de referência regional, focado exclusivamente na saúde da mulher. São 27 mil metros quadrados de área construída e 80 mil metros quadrados de área total; um equipamento que tem a mesma estrutura dos melhores hospitais do

Brasil. Nas dependências do Hospital da Mulher, as pacientes puderam ter acesso a consultórios, laboratórios, enfermaria, oito centros cirúrgicos, 184 leitos e uma UTI neonatal. Construímos um hospital temático de maior extensão de área contínua e localizado no centro geográfico da cidade, com recursos do tesouro municipal e do governo federal.

O conceito do Hospital da Mulher complementa a política de promoção da saúde preventiva para a mulher. Baseia-se na medicina social renovada, com a reafirmação de valores em relação à vida e à saúde reprodutiva da mulher. Essa iniciativa faz parte do projeto de uma saúde pública dirigida a promover a saúde, e não prioritariamente a cuidar da doença.

Assim, toda a política de saúde durante a gestão Fortaleza Bela convergiu para o fortalecimento do sistema público de saúde no município, criando condições para garantir o direito universal à saúde de forma humanizada e combatendo os processos de privatização que excluem a maioria menos favorecida da população. Cientes de que a questão da saúde envolve pesados investimentos em outras áreas – saneamento, assistência social, meio ambiente – e que os resultados em ações preventivas se materializam em longo prazo, sabemos que há muito trabalho a ser feito. Grandes passos foram dados na direção da melhoria da saúde pública em Fortaleza. Outros tantos terão que ser dados no futuro para a maior hu-

manização e a maior promoção da saúde.

A conclusão do Hospital da Mulher representou o compromisso da gestão com a política de promoção da saúde feminina. Um hospital equipado com a estrutura dos melhores hospitais de referência em saúde da mulher do Brasil, o que não passou despercebido pelo então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, na ocasião de sua inauguração: “pode ter igual, mas melhor do que o Hospital da Mulher de Fortaleza, no Brasil, não tem”.

Juventude: protagonismo, inclusão e a inovação dos Cuca's.

A gestão do governo popular e democrático em

Fortaleza fez da política pública de juventude uma ação central de intervenção na cidade. Participação social, programas de atendimento e investimentos em infraestrutura urbana caracterizaram o desenho dessa política executada entre 2005 e 2012.

O Fundo Municipal de Juventude, o Conselho Municipal de Juventude e o Plano Municipal de Juventude constituíram uma estratégia de intervenção pública para o segmento juvenil na articulação entre recursos orçamentários, controle social e metas de execução que asseguraram o compromisso da municipalidade com ações e projetos para os jovens, no presente e no futuro. Para tanto, a criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas

de Juventude, com status de secretaria, garantiu o respaldo institucional necessário ao caráter central e, ao mesmo tempo, transversal da ação municipal para os jovens. Articulada a todas as áreas do governo, a execução das políticas públicas de juventude foi compartilhada por diversos órgãos da administração municipal. O Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude, realizado pela prefeitura municipal com recursos próprios, do governo federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), investiu, durante os oito anos da gestão, cerca de R\$ 90 milhões em programas específicos para a juventude de Fortaleza.

A concepção dos jovens como sujeitos de direitos, principalmente. Além disso, essa ju-

ventude trabalhadora, em sua grande maioria, revelava-se ativamente participante da renda familiar, contribuindo com parte ou com tudo que ganha para o sustento de sua família. A maior parte dessa juventude trabalhadora encontrava-se na periferia de Fortaleza, em situação de pouco acesso a espaços de cultura e lazer. Somente 7,9% desses jovens afirmavam sempre frequentar salas de cinema e 50,9% deles nunca haviam ido ao teatro. Esse diagnóstico orientou a gestão municipal a investir na estruturação de espaços de desenvolvimento integral da juventude pela oferta diversificada de acesso à arte e à prática esportiva. Além da produção de conhecimento sobre a juventude da cidade, nosso governo construiu espaços de di-

álogo e intervenção dos jovens no processo de construção das políticas públicas.

Um marco importante para a consolidação das políticas públicas de juventude em Fortaleza foi a realização, em 2008, da I Conferência Municipal de Juventude, que proporcionou a discussão sobre os rumos que as políticas de juventude deviam seguir. A partir das discussões da Conferência, foi realizado, em 2010, o Congresso Municipal de Juventude, com ampla participação dos movimentos e organizações juvenis da cidade para discutir o Plano Municipal de Juventude de Fortaleza. Em agosto de 2011, realizou-se a II Conferência Municipal de Juventude com o tema “Marco Legal das Políticas Públicas

de Juventude”, com a apresentação do Plano Municipal de Juventude e a discussão de temas centrais das Políticas Públicas de Juventude.

Um balanço dessas políticas pode ser expresso na quantidade de jovens que frequentam o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca) da Barra do Ceará e as Praças da Juventude. No esteio da política nacional de inclusão de jovens, desenvolvemos o Projovem Urbano, o Projovem Adolescente, o Cursinho Pré-Vestibular Popular de Fortaleza, para democratizar o acesso ao ensino superior e o Proinfor, que incluiu e qualificou os jovens na era digital. Os empreendimentos solidários através do programa Credjovem fortaleceram emprego e renda

para os jovens. As Praças da Juventude requalificaram locais de encontro saudável da juventude de bairros vulneráveis. Todos estes programas foram articulados e voltados para fazer do jovem de Fortaleza um agente de transformação social em sua comunidade.

Vale a pena destacar os Cuca's, proposta do nosso programa de governo aprovada no Orçamento Participativo do segmento juventude. O primeiro Cuca, batizado de Che Guevara, foi pensado como iniciativa inovadora, pois consistia em um espaço destinado ao pleno desenvolvimento e fruição da juventude, com equipamentos e cursos voltados para cultura, arte, tecnologia e esportes. Localizado numa das áreas mais densamente povoadas e caren-

te da cidade, a Barra do Ceará, esse espaço trouxe para os jovens o que há de melhor em estrutura física e programação cultural. O Cuca é uma oportunidade para aprofundar conhecimentos e desenvolver habilidades diversas: teatro, circo, dança, fotografia, artes visuais, audiovisual, música, comunicação popular, línguas estrangeiras e diversas modalidades esportivas. O centro conta com espaços amplos de cinema, teatro, laboratórios, piscina semiolímpica e ginásio poliesportivo, entre outros.

Cada Cuca é um espaço de oportunidades para nossos jovens, oferecendo uma programação cultural variada. O Che Guevara foi inaugurado pelo presidente Lula, em setembro de 2009, tendo um cus-

to de implantação em torno de R\$ 12 milhões. Em seu discurso, o presidente sugeriu ao ministro da Cultura da época, Juca Ferreira, que este equipamento fosse modelo para o projeto Mais Cultura em outros locais do país.

Coerente com sua política de descentralização e de acesso cultural à juventude, a gestão Fortaleza Bela entregou mais dois Cuca's em 2012, localizados em regionais de baixos indicadores sociais, quais sejam, Regionais V e VI. Assim, os bairros Mondubim, São Cristóvão e adjacências foram contemplados com os Cuca's Chico Anysio e Luiz Gonzaga, respectivamente. A consolidação dessa política foi a materialização das prioridades sociais da gestão, cuidando com espe-

cial atenção das áreas e populações mais fragilizadas da cidade, promovendo políticas de equidade e combatendo todas as formas de exclusão e, a um só tempo, oferecendo equipamento de qualidade.

Cultura: valorizando nossa gente

Para nós, cultura é vista numa perspectiva inclusiva, a partir do prisma da democracia como direito de todos e voltada para a implementação da cidadania. Uma das primeiras conquistas de nossa gestão na cultura foi assegurar, no mínimo, 1% do orçamento municipal para esta função, estabelecendo um diferencial histórico que permitiu a sustentação democrática dos editais públicos

de cultura.

Os editais se constituíram em um novo instrumento para garantir iguais oportunidades de acesso aos recursos públicos, quebrando com as regras antiquadas do fisiologismo cultural pré-existente. A partir disso, promovemos o resgate dos valores locais e o estímulo ao espírito criativo e participativo de nossa gente e, através da transparência e da democratização, premiamos a qualidade da produção artística. Contudo, o principal legado de nossa política de cultura para a cidade e seus cidadãos tem marca indelével e caráter estruturante: trata-se do trabalho consistente voltado à construção coletiva do Sistema Municipal de Cultura, que nada mais é do que o reconhecimento público da cultura como direito

básico e inalienável.

Essa “revolução da cultura” teve início com a criação da primeira Secretaria de Cultura do Município, ainda em 2007. Três anos depois, foi constituído o Conselho Municipal de Política Cultural, sendo seguido pela elaboração participativa do Plano Municipal de Cultura. Assim, surgiram programas como Fortaleza em Férias, juntamente com a Secretaria de Turismo; a revitalização do carnaval e a consolidação do pré-carnaval; o fortalecimento das festas juninas e do aniversário da cidade; os festivais de música, de cinema e de teatro; as exposições do Salão de Abril; a revitalização do Passeio Público, Estoril, Pavilhão Atlântico e Mercado dos Pinhões como espaços de cultura. Merecem des-

taques ainda a criação da Vila das Artes, espaço de formação voltado para o audiovisual e para a dança; a reformulação da Galeria Antônio Bandeira e da Biblioteca Dolor Barreira; a política de tombamentos e o respeito pelo patrimônio histórico e cultural expresso na recuperação do Paço Municipal, antiga sede do Poder.

O expoente das ações da política de cultura e também de turismo em Fortaleza reflete-se na maior festa popular da cidade, o Réveillon da Paz, que reúne crianças, jovens, adultos e idosos numa grande festa de todos. A concepção desse evento sempre mesclou artistas locais com nomes nacionais desde o início em 2005. Em 2011, um público de um milhão e meio de pessoas brindavam o ano

que chegava no aterro da praia de Iracema com direito a um espetáculo de 16 minutos de fogos de artifício. Essa estratégia foi importante para a geração de renda e emprego na cadeia de cultura e turismo, visto que o Réveillon da Paz se tornou referência não só para o Ceará, como também para o Nordeste e o Brasil.

Deste modo, podemos afirmar que cidadania, economia e desenvolvimento constituem aspectos importantes da cultura de um povo. Ampliar a participação e desenvolver uma cultura sustentável são um dos grandes desafios para gestores, produtores e artistas na contemporaneidade. Afinal, a cultura é um processo criativo e idealizador, gerador de inovação tecnológica, estruturan-

te e determinante de políticas de desenvolvimento local e de formação de uma cidadania ativa e mobilizada. O estímulo ao desenvolvimento da economia criativa passa pela realização de programas para o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Muitos foram os avanços e as conquistas, mas a da cidadania cultural massiva e diversificada ainda se coloca como um desafio a alcançar. Na atualidade, a garantia de 1% para o orçamento e de sua efetiva execução ainda deixa a desejar e a permanência do nosso legado exige escolhas nem sempre seguidas por futuras gestões, que priorizam o cimento e o redesenho, por vezes, errático da cidade.

Requalificação da orla: Vila do Mar

Fortaleza, como cidade turística, é uma das capitais mais belas do Nordeste e se consolidou como importante destino turístico na preferência de brasileiros e estrangeiros. Esta atração passa pelo reordenamento ambiental, institucional e urbano da orla marítima. A cidade possui 34 quilômetros de orla marítima, passando em pontos de referência como Barra do Ceará, Praia de Iracema, Beira Mar, Serviluz e Praia do Futuro.

Assim, o Projeto Orla, formulado com participação popular, inspirou-se na requalificação e na integração desse cartão postal da cidade, atraindo turistas e adequando o es-

paço urbano para quem nele vive. O projeto teve o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico, melhorar a qualidade de vida da população residente nas áreas de intervenções e contribuir para o desenvolvimento turístico da cidade.

Um destaque do Projeto Orla foi a execução do Projeto Vila do Mar. Toda a região que fica entre os bairros do Pirambu e Barra do Ceará recebeu infraestrutura completa: construção de 1.434 novas habitações próximas do Vila do Mar (mais de seis mil famílias deixaram de viver em áreas de risco), urbanização de 5,5 quilômetros de orla (novo calçadão, ciclovía e iluminação pública), construção de anfiteatro, realização de micro e macro drenagem, construção de 14 quadras de espor-

tes, construção de sete praças, construção do centro de arte e ofícios, construção de um memorial, construção de um mirante e de um espigão, realização de saneamento ambiental, proteção das encostas, erradicação de áreas de risco e padronização dos quiosques. O projeto realizou também 1.650 melhorias habitacionais e 7.010 ações de regularização fundiária, preferencialmente com titularidade para as mulheres. A integração das ações garantiu ainda inclusão social, geração de renda e fortalecimento da cultura local.

Com o Vila do Mar, a prefeitura realizou, em parceria com os governos estadual e federal, em uma área que possui a maior densidade urbana do Brasil de acordo com o IBGE, o maior projeto de re-

ordenamento urbano da história de Fortaleza, sendo um projeto com rara envergadura no Brasil e na América Latina. Os investimentos, da ordem de R\$ 185,8 milhões, beneficiaram mais de 300 mil pessoas que vivem no entorno dos bairros contemplados.

Importante mencionar que, em nosso Plano Diretor, também elaborado de forma participativa, reduzimos o gabarito de construção da área, impedindo, na prática, a construção de hotéis e a exclusão da população pobre existente na Vila do Mar. Na legislação anterior, a área ficaria, no futuro, à mercê da especulação imobiliária e o Vila do Mar poderia se transformar em outra Beira Mar, recheada de hotéis e restaurantes, com a exclusão da

população que lá se fixou, modelo semelhante às ocupações de área de barra, marcadas pela confluência de mar e rio, em outros locais do Brasil.

Além disso, o Projeto Orla também incluiu projetos de requalificação de áreas como o Serviluz e engorda e espigões da Praia de Iracema e Beira Mar, projeto de reconstrução do Morro de Santa Terezinha, Urbanização da Praça do Futuro, requalificação e expansão viária da Praia do Futuro e Praia de Iracema e Urbanização e Reordenamento da Avenida Beira Mar. Além dos recursos do PAC, mais de R\$ 400 milhões foram garantidos para o principal corredor turístico da cidade, oriundos do Prodetur-Nordeste e do tesouro municipal.

Várias ações do Projeto Orla foram entregues até 2012, também com a conclusão dos espigões da Praia de Iracema e Beira Mar, da requalificação completa da Praia de Iracema (iluminação, reforma e ampliação do calçadão, mobiliário urbano, restauro de edifícios históricos e paisagismo) e do início das obras de requalificação e reordenamento da praça do Futuro, Beira Mar e Praia do Futuro. Também ficou pronto um projeto completo para a região da praia no Serviluz, concebido como Aldeia da Praia, cujos recursos ficaram, já naquele momento, garantidos.

Investir no turismo é uma aposta inteligente, e a gestão Fortaleza Bela dotou esse setor de grandes investimentos, a começar pela criação da

Secretaria de Turismo em 2005. Também como exemplo de investimento, destaca-se o orçamento de quase R\$ 80 milhões para esta Secretaria no ano de 2012, fincado no tripé promoção do turismo, qualificação de trabalhadores e melhoria da infraestrutura turística.

O principal objetivo da Requalificação da Praia de Iracema foi permitir que todos os moradores da cidade, sobretudo das áreas que são tangenciais à orla, pudessem conviver com o turismo de maneira sustentável. A ideia foi possibilitar que durante a visitação, preferencialmente voltada para equipamentos culturais e focada em famílias, pudesse haver o convívio com a população já existente no local.

Considerações finais

As boas práticas da gestão municipal de um governo petista requerem algumas características: coragem para enfrentar o conservadorismo, sensibilidade para entender o sentimento e o coração da população e humildade para reconhecer os erros e seguir em frente.

A responsabilidade da política pública, em última instância, é da gestora ou gestor municipal, mas isso pode ser relativizado na medida em que haja estímulos à participação através do empoderamento da população. O planejamento feito junto com a população, a transparência e o controle social são instrumentos que tornarão a gestão pública mais democrática. O segredo das experiências de sucesso é a política com foco na cidadania massiva, que traga elementos de identidade e conscientização e que respondam aos anseios expressados no orçamento participativo.

Enfim, inúmeras realizações de minhas gestões poderiam estar aqui citadas neste artigo, como os 16 Planos de Cargos e Salários, os quase 10 mil novos servidores aprovados em concursos públicos, os reajustes nas remunerações acima da inflação, as promoções e progressões de professores e demais servidores, o congelamento das tarifas de ônibus por quatro anos, as seis mil casas populares construídas, o orçamento participativo e a formação dos Conselhos Municipais. Outros exemplos são a coleta regular de lixo e a limpeza dos

bueiros e lagoas, a desprivatização do 6º andar do maior hospital público, a criação das secretarias de Direitos Humanos e de Assistência Social, que possibilitaram um olhar mais direcionado ainda para os públicos menos favorecidos. Nessa perspectiva, foram criados os primeiros equipamentos para pessoas em situação de rua e realizadas ações impactantes e integradas para atendimento de usuários de crack e outras drogas.

Todas essas iniciativas – que não se esgotam nessas páginas – foram responsáveis por verdadeiras transformações em Fortaleza, rendendo à nossa cidade a condição de “capital que mais investe no Nordeste”. Ao longo do presente texto, optei, por motivo

de espaço, pelos temas que melhor expressam o modo petista de governar. Agradeço sempre aos meus auxiliares (secretários e assessores diretos), ao Partido dos Trabalhadores e aos servidores municipais que ajudaram a construir a nossa Fortaleza Bela.

Referências bibliográficas

- Accioly, Geraldo. (2012) Desenvolvimento urbano e infraestrutura: Fortaleza e o governo popular. Fortaleza: Ciclo de Debates; Dedo de Moça.
- Albuquerque, Cynthia S.; Alves, Maria Elaene Rodrigues. (2012) Assistência social em Fortaleza: uma política de direito em construção. Fortaleza: Editora Uece.
- Alves, Nágela R. (org.). (2012)

Juntos construindo a Fortaleza Bela. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza (2005-2011).

Balanço ANUAL. (vários anos) Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Bittar, Jorge (org.). (2003) Governos estaduais: desafios e avanços, reflexões e relatos de experiências petistas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Fontenelle, Ana Maria. (2012) Gestão Fortaleza Bela e agenda social. Fortaleza e o governo popular. Fortaleza: Ciclo de Debates; Dedo de Moça.

Lei ORÇAMENTÁRIA ANUAL. (vários anos) Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Oliveira, Alfredo J. P. (2012) Desenvolvimento econômico e sustentável. Fortaleza e o go-

verno popular. Fortaleza: Ciclo de Debates; Dedo de Moça. Oliveira, Alfredo J. P. (org.) (2014) Estudos Estados Brasileiros: Ceará. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. Ribeiro, Vaumik. (2012) A experiência da participação popular e políticas sociais. Fortaleza e o governo popular. Fortaleza: Ciclo de Debates; Dedo de Moça.

*Colaboraram os ex-secretários municipais e professores universitários Nágela Rapôso Alves e Alfredo José Pessoa de Oliveira.

Publicado no livro Desafio das Cidades – desenvolvimento com participação e inclusão social, Fundação Perseu Abramo, 2016:
<http:// https:// goo.gl/nDkgV5>

Em defesa da EBC e da Comunicação Pública

Fomos surpreendidos nos últimos dias com declarações de representantes do governo ilegítimo sobre a intenção de extinguir a EBC, empresa criada em 2008 com o objetivo de fortalecer o sistema público de comunicação.

O esvaziamento da EBC é mais um golpe contra a democracia. Não interessa ao governo ilegítimo a democratização da comunicação e o livre acesso à informação de interesse público. Afinal, conhecimento é uma arma poderosa contra o fascismo e o retrocesso.

A comunicação pública tem papel preponderante no exercício da cidadania, promo-

vendo debates e negociações com atores sociais diversos. Atende necessariamente ao interesse público e, por esse motivo, tem impacto nas tomadas de decisão. Portanto, é livre de interesses econômicos.

É nesse campo que nasce a EBC, uma empresa que ainda engatinha, a bem da verdade, mas que já trouxe ganhos inquestionáveis para o sistema público de comunicação. Uma empresa preocupada em trazer a sociedade para dentro de seus estúdios e que busca a autonomia e a diversidade de vozes – muitas vezes silenciadas pela grande mídia.

Além do braço institu-

cional de comunicação de governo, formado pela TV NBR e pelo programa Voz do Brasil, a EBC possui a TV Brasil, 8 rádios, uma Agência de notícias, um Portal e uma Radioagência, que distribuem conteúdo gratuito para muitos jornais, rádios, blogs e mídia alternativa.

Esses canais da EBC fazem uma comunicação pública, plural e independente.

Quem assiste a TV Brasil sabe do que estou falando. Em que outra emissora podemos assistir a conteúdos que abordam de forma responsável e criativa temas como direitos da população LGBT, de mulheres e negros? Onde mais vemos a representação de minorias comumente invisíveis na comunicação de mercado em programas de forte apelo educativo?

Outro grande exemplo de serviço prestado à sociedade é a Rádio Nacional da Amazônia, que é para muitas comunidades ribeirinhas a única fonte de informação. Eu, como jornalista e defensora de uma comunicação pública, tenho o firme posicionamento de repudiar qualquer ato que implique o desmonte da EBC.

Publicado em PT na Câmara, em 22/06/16: <https://goo.gl/1iKBJo>

Muito além do golpe

A tentativa de derrubada da presidente Dilma por uma massacrante campanha midiática e jurídica é mais um triste capítulo de nossa história, escrito por elites que nunca aceitaram governos compromissados com a justiça social. Apesar de previsto em nossa Constituição, o instituto do impeachment exige um crime de responsabilidade para ser motivado. Do contrário, torna-se instrumento para um obtuso golpe político.

A questão, entretanto, não se encerra com o golpe em si. E também não trata do suposto “combate à corrupção”, esse biombo moralista em que os que sangraram o País ao lon-

go de 500 anos tentam esconder a própria desfaçatez. O impeachment, na verdade, tem duas outras motivações. A primeira é a tentativa de usurpação do poder por parte daqueles que, implicados em investigações diversas, querem abafar as acusações contra si - inclusive no âmbito da Lava Jato, que, apesar de sua caça visceral e seletiva ao PT, acabou por revelar malfeitos de tucanos, peemedebistas e que tais.

Alguém duvida que, tão logo Temer assuma a presidência, a Lava Jato não se transformará numa imensa “Abafa Jato”? É isso o que queremos? Um retorno à época dos “enga-

vetadores-gerais da República”, marcada pela desídia e pelo amordaçamento das instituições a quem cumpria combater a corrupção? Nunca é demais lembrar que, recentemente, membros da própria “força-tarefa” da Lava Jato reconheceram os avanços conquistados, em termos de estrutura e de liberdade de atuação – tanto do MP quanto da Polícia Federal –, durante os governos petistas.

A outra motivação do golpe é a desconstrução de conquistas sociais. Não apenas no campo da sociabilidade – com retrocessos nos direitos LGBT, das juventudes etc. Mas também em relação ao fim da obrigação constitucional com gastos mínimos em saúde e educação e à desregulamentação de direitos trabalhistas. Sem

falar na entrega do pré-sal às petroleiras internacionais e tantas outras tenebrosas transações.

É preciso estarmos todo(a)s atento(a)s e fortes. O impeachment não é fim em si mesmo, é apenas o princípio de algo muito mais grave.

Publicado no jornal O Povo, em 14/04/16: <http://bit.ly/2iEufOr>

A redação do Enem 2015

No último domingo, milhões de candidato(a)s em todo o Brasil foram convidado(a)s a fazer uma reflexão sobre o tema “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, proposto para a redação do Enem 2015. Trata-se de uma feliz escolha por parte dos organizadores do exame. A um mês do Dia internacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (25/11), a abordagem escolhida pelo Enem reforça o significado da data e contribui para fomentar discussões que resultem em políticas públicas de enfrentamento à desigualdade de gênero.

Segundo informações

da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), a violência segue vitimando milhares de brasileiras reiteradamente: 43% das mulheres em situação de violência sofrem agressões diariamente; para 35%, a agressão é semanal. Esses dados foram revelados no “Balanço dos atendimentos realizados em 2014 pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180”. Embora muitos avanços tenham sido alcançados com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), o Brasil ainda contabiliza 4,4 assassinatos a cada 100 mil mulheres, número que coloca o País no 7º lugar no ranking in-

ternacional desse tipo de crime.

Esses dados nos permitem observar os traços fortes do patriarcalismo que ainda persiste em nossa sociedade, além de uma cultura machista que cresce assustadoramente. Muito já avançamos, mas muito ainda temos de caminhar e lutar quando o assunto é a opressão e a violência contra as mulheres do nosso imenso Brasil.

O tema de redação proposto pelo Enem, portanto, deve ser saudado por todos(as) que lutam, militam e sonham com o fim dessa chaga tão cruel em nossa sociedade. E deve ser visto como um importante avanço na medida em que insere no contexto da educação abordagens de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher. Sem dúvida, conquis-

tamos mais um espaço de combate e de conscientização.

Como dizia Simone de Beauvoir, “o presente não é um passado em potência, ele é o momento da escolha e da ação”.

Publicado no jornal O Povo, em 27/10/15:

<https://goo.gl/kYxoSz>

Terra em transe

O Brasil vive um momento muito delicado e conturbado do ponto de vista político. O que estamos presenciando não é o transcorrer normal do rio da democracia, com seus pontos e contrapontos nas diversas correntes do debate público. Não é a discussão razoável, entre esquerda e direita, em busca de saídas produtivas e engrandecedoras para nosso país. O que o Brasil vive hoje é um ataque à democracia e às conquistas sociais, que se esconde por trás da cortina de fumaça da ética seletiva e do falso moralismo.

É uma onda conservadora que extrapola o campo re-

publicano da crítica e da diferença ideológica; é um vômito reacionário que, de modo insensato, tenta desestruturar direitos e interditar nosso processo democrático. Não por acaso, defensores da ditadura e da tortura são hoje aplaudidos nas manifestações que pedem o impeachment da presidente Dilma. Cartilhas misóginas ensinam como estuprar estudantes em universidades. Jovens homossexuais são brutalmente assassinados. Adolescentes negros são amarrados em postes. A juventude pobre da periferia segue sendo exterminada. Cartazes pedem a volta do regime militar...

Esse momento histórico vai exigir muita maturidade de nossas instituições e de nossos principais líderes políticos, à esquerda e à direita. Do contrário, insistiremos num debate de surdos que pode nos levar a retrocessos graves em nossas conquistas democráticas. Poucas vezes se viu um ataque tão frontal a direitos sociais e direitos fundamentais previstos em nossa Constituição. Pautas medievais estão voltando à tona no Congresso Nacional, num processo de intolerância que quer anular o diferente, que não sabe conviver com nenhum tipo de alteridade.

Que país poderá nascer disso tudo? Essa é a pergunta que os verdadeiros democratas, independentemente de posição ideológica, têm de se fazer hoje.

Se toda a história “oficial” do Brasil tem 500 anos, nossa democracia mal acumula um punhado de décadas. Ainda temos um sistema político muito “jovem”, um conjunto de instituições democráticas que ainda estão alcançando sua maturação, sua consolidação. Portanto, é de fundamental importância denunciarmos o projeto golpista que está em andamento, patrocinado pelas forças da direita reacionária que perderam as eleições em 2014 e se acham maiores do que a vontade popular.

A presidente Dilma foi eleita legítima e democraticamente, em que pesem diferenças que tenhamos com seu governo, sobretudo na condução da área econômica. Ela merece todo o nosso respeito insti-

tucional. Afinal, mais da metade do povo brasileiro deu seu voto a ela. Mais da metade do nosso povo procurou, entre as opções apresentadas durante a campanha eleitoral, aquela que representava o projeto político que quer continuar gerando inclusão social e distribuição de riquezas, que quer seguir com a política de valorização do salário mínimo e com as políticas de transferência de renda.

Importante destacar que nós entendemos que o modelo conservador adotado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, não sabe dialogar com a base social das forças de esquerda e vai impondo ao país um ajuste que combina corte dos gastos sociais com aumento de impostos para a classe média e baixa. É um modelo

que não considera a urgência do debate sobre a contribuição do grande capital nesse processo – não trata, por exemplo, de medidas como a taxação das grandes fortunas e a revisão da dívida pública, com foco na redução progressiva e temporal das taxas de juros.

Ainda assim, repudiamos esse clima de terror midiático e instabilidade que se quer criar no país. Tudo porque as forças conservadoras, que estão alinhadas com o grande capital financeiro, com grandes petroleiras internacionais e com grandes conglomerados de mídia, mesmo perdendo mais uma vez a disputa nas urnas, tentam impor ao país um clima de assombro para gerar um “terceiro”, um “quarto” ou sei lá quantos turnos para sabotar a

opção legítima da população.

Antes de 2002, as forças conservadoras e de direita, com pontuais exceções, sempre conduziram o trem da nossa história “oficial”. E foi assim que nossa história, diante da nossa pátria mãe distraída, nos versos de Chico Buarque, acabou por revelar um país que era, na verdade, um pântano de exclusão e de desigualdade. O Brasil oficial, criado sob a ação da direita conservadora, era o país de um vergonhoso apartheid social.

Entretanto, foi só a democracia brasileira começar a caminhar e a amadurecer, que um governo popular, de esquerda, foi eleito. E nossa história começou a mudar. O governo do ex-presidente Lula inverteu prioridades históricas, tirou das forças de direita o poder deci-

sório sobre nosso futuro e chamou o povo para construir um novo projeto de país, com mais justiça social e solidariedade.

Lula ergueu pontes humanitárias e convocou novos interlocutores, dentro e fora do país, para construir um novo sentido de nação, mais generosa e igualitária. Com isso, conseguiu superar a chaga da fome e da miséria absoluta, conseguiu gerar milhões de empregos e tirar milhões de brasileiros da pobreza. O povo passou a ter um novo protagonismo, passou a ser dono de sua própria história. Essa autonomia, claro, incomodou a casa-grande, para usar o conceito de Gilberto Freyre. Nossa elite via e ainda vê nosso povo como uma atávica “senzala”, sem direito a oportunidades e autonomia. A derrota

em 2002 ainda sangra no peito dos que queriam um país que se rebaixasse diante dos interesses estrangeiros, sobretudo os do grande capital financeiro internacional. De lá para cá, derrota após derrota, sem conseguir formular um projeto para o país, a direita aderiu à cartilha do ódio e da inconsequência do “quanto pior, melhor”. Sem admitir a derrota nos votos, se volta não apenas contra o governo, mas contra a própria democracia, que, afinal, permitiu que esses governos populares chegassem ao poder.

A sanha antipopular que vemos hoje nas ruas, na imprensa e nas mídias sociais é, na verdade, uma tentativa de intimidar e confundir a opinião pública. É, como eu disse anteriormente, uma onda de ata-

ques da direita contra as principais marcas dos governos petistas: a defesa dos movimentos populares, o crescimento econômico com distribuição de riquezas, o fortalecimento do Estado na prestação de serviços públicos à população e, sobretudo, o modelo de inclusão social e de criação de oportunidades que sempre incomodou a casa-grande.

Publicado em Teoria e Debate, em 16/09/15:

<http://bit.ly/2izD21L>

Lei Maria da Penha: avanços e desafios

O surgimento da lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, foi o resultado do esforço coletivo dos movimentos de mulheres, movimentos feministas e poderes públicos no enfrentamento à violência doméstica e familiar e ao alto índice de morte de mulheres no País. A lei foi uma resposta efetiva do estado brasileiro às recomendações da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e da Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), das quais o Brasil é signatário.

Até então, não havia uma lei específica para violência doméstica nem para as agressões violentas dentro de uma relação homoafetiva. Com a Lei Maria da Penha, houve a tipificação dessa violência, definição de suas formas – física, psicológica, sexual, patrimonial e moral – e o entendimento de que essa violência doméstica independe de orientação sexual. Reconhecemos, portanto, que houve vários avanços.

A lei, inclusive, chegou a ser reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres. Entretanto, tam-

bém sabemos dos desafios que ainda temos no sentido de enfrentar o problema. Em especial, a motivação da população em denunciar episódios do tipo, a qualidade do atendimento nas delegacias, a percepção de amparo legal, entre outras questões.

Assim, é preciso continuar dando visibilidade à lei e seguir lutando por mais mecanismos de defesa das mulheres vítimas de atitudes cerceadoras de seus direitos. Nesse contexto, cabe registrar a importância da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher no Senado Federal e do plano de trabalho que irá guiar essa comissão, da qual sou relatora.

A comissão terá uma longa agenda durante o próximo

biênio como audiências públicas, oitivas, projetos de lei e seminários. Em se tratando de lutar contra a violência contra a mulher, ainda temos muito trabalho pela frente.

Publicado no jornal O Povo, em 25/08/15:

<http://migre.me/vOB3l>

Fortaleza e a destruição das políticas para as mulheres

Amanhã, 8 de março, dia internacional de luta das mulheres, as fortalezenas têm muitos motivos para se indignar. Nos últimos dois anos, assistimos a uma verdadeira destruição das políticas públicas voltadas para esse segmento em nossa cidade. A começar pelo esvaziamento da Coordenadoria de Políticas Para as Mulheres, criada na gestão Fortaleza Bela (segundo uma orientação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres) e que, na atual gestão, perdeu o status de secretaria.

O Centro de Referência Francisca Clotilde, inaugura-

do em nossa primeira gestão como prefeita junto com a Casa Abrigo para mulheres em situação de violência – estruturas que se inserem no Plano Nacional de Erradicação da Violência contra as Mulheres –, perdeu muito de sua efetividade. Entre outros aspectos, porque saiu do bairro do Benfica, onde ficava próximo à Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres, o que facilitava o acesso aos equipamentos de proteção.

A atual gestão também reduziu o tempo de permanência das crianças nas creches para apenas um turno, trazendo inúmeros transtornos para a

rotina das mães trabalhadoras. Iniciativas como o Programa de Cozinha Popular – que gerava renda para as beneficiárias – foram extintas. Assim como a Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), que se afirmou, em nossa gestão, como órgão promotor de importantes políticas para as mulheres.

As políticas de regularização fundiária e habitação popular, onde o papel da casa era entregue obrigatoriamente no nome da mulher, está parado e nenhuma casa foi entregue. Na área da saúde, entre outros exemplos de desconstrução das políticas para as mulheres, o caso mais evidente é o do Hospital da Mulher, que vem sendo esvaziado em sua proposta inicial de atenção à saú-

de integral da mulher com todas as suas especificidades e está, hoje, voltado apenas para o foco materno-infantil.

Nesse 8 de março, portanto, nos somamos às fortalezenas e reafirmamos a luta em defesa do Hospital da Mulher e das políticas públicas voltadas para as mulheres!

*Publicado no jornal O Povo, em 07/03/2015:
<http://migre.me/vOBd1>*

Biografia



Foto: Paulo Winz

Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), eleita para a legislatura 2015/2019, Luizianne Lins é autora de 13 projetos de lei.

Realizou 10 audiências públicas, criou a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Políticas Públicas de Juventude, é membro da Comissão da Reforma da Previdência e atualmente é

titular da comissão de Direitos Humanos. Relatora da Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher desde 2015, promoveu inúmeros debates, além de diligências a municípios com alto índice de feminicídio ou casos emblemáticos de violência contra a mulher.

Foi prefeita de Fortaleza por duas gestões (2005/2012). Também pelo Partido dos Trabalhadores, foi vereadora (1996/2002) e Deputada Estadual (2002/2004). É Jornalista e professora concursada do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará desde 1995, hoje licenciada.

